

ENVELHECIMENTO E DIREITOS HUMANOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE EXTENSIONISTAS EM UMA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA DE CABEDELO – PB

Breno Matheus Rego do Nascimento (1); Mayrlla Myrelly Vieira Formiga (2); Daniella de Souza Barbosa (3)

(1) *Discente na Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba – (brenorn123@hotmail.com)*

(2) *Discente na Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba – (mayrlla.myrelly@outlook.com)*

(3) *Professora Doutora Adjunta da Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba – (daniella.77.fem@gmail.com)*

Resumo: O crescente envelhecimento populacional traz à tona a necessidade de cuidados com a pessoa idosa. Esta, geralmente, é institucionalizada pela família devido à escassez de tempo da família para o seu cuidado domiciliar, sendo este terceirizado para um ambiente desconhecido e, as vezes, inadequado. Tal conjuntura, somada com a fisiopatologia do envelhecimento, acarreta no processo de agravamento das funções cognitivas e de socialização da pessoa idosa residente em instituições de longa permanência. Para avaliar tal fenômeno, este estudo do tipo descritivo, qualitativo, fez um relato de experiência a partir da prática extensionista de graduandos do curso de medicina da Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba em uma linha de extensão voltada para o cuidado com idosos institucionalizados em um abrigo da cidade de Cabedelo/PB, com o intento de desenvolver atividades que estimulem a memória e a socialização de idosos e de habituar os estudantes de medicina a lidarem com aspectos da fisiopatologia do envelhecimento. Assim, os resultados dessa execução de intervenções terapêuticas individuais e coletivas foram eficazes, na medida da verificação da intensa participação e interesse das pessoas idosas, que, ao final, estavam mais sociáveis e com uma melhoria nas suas funções cognitivas, principalmente, na memória e na atenção. Por fim, tendo em vista que a população idosa brasileira está em crescimento, a qualificação profissional na área de saúde é necessária, para que os direitos humanos na velhice, em especial à saúde, sejam garantidos e o cuidado integral e longitudinal efetuado para aqueles que envelhecem.

Palavras-chave: Idoso, Institucionalização, Direitos Humanos, Cognição, Socialização.

INTRODUÇÃO

O rápido processo de envelhecimento populacional no Brasil, desde a segunda metade do século XX, tem como uma de suas causas a transição demográfica, na qual o país apresentou uma diminuição da taxa de natalidade e fecundidade ao mesmo tempo de um aumento da expectativa de vida. Tal contexto decorre da maior participação feminina no mercado de trabalho, da urbanização e do maior acesso da população a bens e serviços. Em vista disso, a crescente longevidade é um dos sérios desafios para as políticas públicas em nosso território nacional, incluindo nesse escopo desafiador a garantia dos direitos humanos dos idosos em torno da construção de um envelhecimento digno e pleno (FREIRE JÚNIOR; TAVARES, 2006).

Corroborando com essas afirmações, estudos mostraram que, particularmente na América Latina, quando a participação da população de grupos etários mais velhos aumenta, as desigualdades sociais tendem a crescer devido à falta de consideração do envelhecimento populacional como um assunto de direitos humanos. Ou seja, na América Latina, no campo das políticas públicas, a velhice e o envelhecimento humano são tratados de maneira pontual e pouco eficaz, diferentemente de outros grupos etários como as crianças e as mulheres em idade fértil. Na verdade, é preciso construir, tanto na América Latina como em outros continentes ao redor do mundo, uma sociedade para todas as idades, com proteção social baseada em direitos humanos e na equiparação de oportunidades (BEHRMAN; DURYEY; SZÉKELY, 2001).

Nesse enfoque, é essencial ressaltar que durante o envelhecimento o idoso vai se tornando cada vez mais sensível ao meio ambiente devido ao processo fisiológico de diminuição de suas capacidades adaptativas. Usualmente, isso vem acompanhado também de outras deficiências cognitivas e motoras, o que gera uma necessidade de suporte maior por parte da família, cujo tempo muitas vezes é insuficiente. Ademais, podem ocorrer também conflitos entre as gerações, quando os familiares não conseguem compreender o comportamento de seus idosos ou não estão aptos a cuidar deles (por dificuldades financeiras, emocionais e espaço físico). O idoso pode também apresentar estágios terminais de doenças com níveis de dependência muito elevados. Em vista desses fatores, frequentemente os familiares recorrem à institucionalização do idoso (ALVES-SILVA; SCORSOLINI-COMIN; DOS SANTOS, 2013).

Ainda nessa perspectiva, é coerente evidenciar que as instituições de longa permanência para idosos (ILPI) asseguram as condições básicas (alimentação, habitação e saneamento), no entanto, uma grande parcela dos idosos institucionalizados são acometidos pelo sentimento de saudade dos familiares, que geralmente não os visitam diariamente, e tal conjuntura pode acarretar no processo de adoecimento mental desses indivíduos e no comprometimento da capacidade de socialização deles com outros idosos e cuidadores, visto que há uma forte sensação de abandono e perda, agravando ainda mais o quadro (CHAIMOWICZ; GRECO, 1999).

Outrossim, com o passar dos anos grande parte dos idosos de ILPI apresentam déficits de memória, devido a própria fisiologia do envelhecimento, o que também pode ocasionar prejuízos sociais e funcionais. Além disso, esse segmento populacional é muito vulnerável aos transtornos de humor (depressão, ansiedade, medo, delírios e apatia) e, por isso, cabe aos familiares, profissionais da ILPL e profissionais de saúde a tomada de medidas de prevenção para esses quadros (SOARES; COELHO; CARVALHO, 2012).

Nesse contexto, torna-se essencial o desenvolvimento de atividades que estimulem a cognição dos idosos e a socialização desses com o meio em que habitam. É imprescindível que os estudantes de graduação de cursos de saúde tenham um contato inicial com idosos institucionalizados, para que aprendam desde cedo a desenvolver um cuidado centrado no idoso e não na doença que ele é portador, desse modo, sendo capazes de perceber aspectos que divergem da fisiologia do envelhecimento.

A partir disso, o objetivo deste trabalho é relatar a experiência de graduandos em medicina da Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba (FCM/PB), no âmbito do projeto de extensão “Envelhecimento & Direitos humanos: por uma atenção gerontológica e geriátrica centrada na pessoa”, conhecido pela sigla PEEDI, com o intento de averiguar a importância do desenvolvimento de atividades que estimulem a memória e socialização de idosos e de habituar os estudantes de medicina a lidarem com aspectos da fisiologia do envelhecimento, levantando o seguinte problema: Qual a efetividade de atividades que desenvolvem memória e estimulam a socialização em idosos de instituições de longa permanência?

METODOLOGIA

Este é um estudo descritivo, qualitativo, do tipo relato de experiência, que surgiu da iniciativa de desenvolver abordagens teórico

metodológicas acerca da fisiologia do envelhecimento e do cuidado com o idoso com enfoque no estímulo à memória e à socialização. Este trabalho foi desenvolvido no projeto de extensão “Envelhecimento & Direitos humanos: por uma atenção gerontológica e geriátrica centrada na pessoa”, conhecido pela sigla PEEDI, e coordenado pelas professoras Sandra Fernandes e Daniella Barbosa.

A prática científica foi experienciada por discentes do Curso de Graduação em Medicina da Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba (FCM/PB) durante o período acadêmico 2018.1, com o total de 10 visitas, nos sábados, à Associação Metropolitana de Erradicação da Mendicância (AMEM), localizada em Rodovia BR-230, S/N km 11, 58310-000 Cabedelo, Paraíba.

De início, o grupo, composto por 9 discentes e 2 docentes, organizou os objetivos das visitas em três eixos: identificação das necessidades, intervenção e avaliação do que foi feito. As primeiras visitas foram realizadas com o intento de construir vínculo entre acadêmico e idoso. Desse modo, a articulação aconteceu através de uma escuta qualificada, em que instigamos o idoso a contar sua trajetória e experiência de vida, suas frustrações e angústias.

Ao final de todas as visitas, os extensionistas realizaram uma reunião e compartilharam as experiências e necessidades encontradas nos idosos. A partir dessas conversas somadas às informações presentes nos prontuários dos idosos, foi possível observar uma necessidade coletiva de atividades que trabalhassem as funções cognitivas e a socialização, e assim, o tema principal das intervenções coletivas foi determinado.

Nessa perspectiva, as atividades que seriam realizadas foram decididas com base em três aspectos: desenvolvimento da memória, possibilidade de socialização e adequação dos idosos à atividade. Dessa forma, foram efetuadas atividades que estimulassem a função cognitiva, como por exemplo: jogos de memória (jogos de aplicativo como o “Pairs” e o “Animals Memory Game”) e jogo de dupla tarefa, nos quais o grupo exibia uma imagem de um animal e o idoso deveria lembrar o nome e fazer um som similar ao que o animal faz; é importante mencionar que foram priorizados animais comuns na região nordeste, com os quais os idosos já estavam mais familiarizados.

Ademais, a equipe também realizou o jogo “fui a feira e comprei”, no qual o grupo concedia uma sacola de compras ao idoso e em uma mesa próxima foram colocados pacotes de arroz, de feijão, de açúcar, entre outros itens de supermercado, e os idosos iriam, um de cada vez, buscar o item que gostariam de comprar e declarar seu próprio nome, o nome do item que comprou, e tentar recordar os nomes de

todos os outros itens que já estavam na sacola (dos idosos que compraram antes); jogo dos copos (consistia em colocar 3 copos de cor igual e uma bola de gude embaixo de um deles, trocá-los de lugar e, por fim, questionar ao idoso em qual copo está a bola de gude); jogos de memorizar nome de pessoas e objetos; entre outros.

Nos momentos de intervenção, participaram os idosos que demonstraram interesse em integrar-se ao grupo e que apresentaram condição suficiente para participar ativamente nas atividades. Então, dividimos o grupo em circuitos, nos quais passavam diferentes atividades, de modo que todos os idosos vivenciassem todas as práticas.

Nessa conjuntura, após executadas as intervenções propostas, era preciso avaliar a condição do idoso com o intuito de descobrir se ele apresentou melhoras, se permaneceu no mesmo estado ou se teve piora. Assim, dependendo do resultado dessa avaliação, eram efetivadas novas intervenções terapêuticas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As experiências acadêmicas e pessoais vivenciadas pelos sujeitos envolvidos no PEEDI apontam que a pauta do envelhecimento digno e pleno não interessa apenas as pessoas idosas, tendo em vista que a velhice é uma construção social universal que possui uma dimensão transversal que perpassa a proteção de cada uma das políticas de direitos sociais de todos os segmentos populacionais ao longo da vida, como o direito à vida, à saúde, ao trabalho, à educação, à renda, à alimentação, ao transporte, à habitação, ao lazer, ao esporte, à cultura, à justiça, à previdência e assistência social, entre tantos outros direitos humanos.

As intervenções individuais propostas em sua maioria para os idosos institucionalizados foram relacionadas a função cognitiva. Assim, foi utilizado o uso de celulares com aplicativos de brincadeiras que estimulassem essa função, como jogo da velha e jogo de memória com animais, frutas ou objetos. A partir disso, conseguimos realizar uma introdução deles ao mundo virtual ao mesmo tempo que trabalhávamos sua memória e seu poder de estratégia e atenção.

Os idosos demonstravam bastante interesse pelos aplicativos e ficavam felizes por terem um contato com a tecnologia. No começo, eles não sabiam como clicar corretamente na tela do aparelho, mas, já nas últimas visitas, já sabiam avançar as fases do jogo e mexer nele sem ajuda.

A capacidade funcional e a independência, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, são funções determinantes para o diagnóstico físico e mental do idoso. A habilidade de sentir, raciocinar, lembrar, responder a estímulos e solicitações externas e formar toda a estrutura de pensamentos complexos é cognição (OLIVEIRA; GORETTI; PEREIRA, 2006).

A avaliação cognitiva da pessoa idosa é muito importante e necessária, em vista da demência causar uma evolução prolongada e uma complexidade nas manifestações e consequências para o próprio idoso e seus familiares. Por estar associada à autonomia e à independência, a manutenção da memória no idoso é de extrema valia o que exige do profissional alguma intervenção, já que a perda de memória é uma das queixas mais frequentes, podendo ser devido ao envelhecimento. Além disso, as alterações cognitivas também podem estar relacionadas à transtornos de ansiedade, humor, isolamento social e depressão (VALCARENGHI et al., 2011).

É fato que a tecnologia, atualmente, tem fundamental importância no nosso cotidiano e estamos, cada vez mais, dependentes dela. Em face disso, é paradoxal que o idoso seja deixado de fora desse novo mundo virtual e relevante, por isso, apresenta-lhes a operação dos aparelhos tecnológicos é uma necessidade. Entretanto, é preciso ter paciência e consciência que cada pessoa tem seu período de tempo necessário para a aprendizagem, assim, a pessoa idosa não pode ser julgada como um indivíduo difícil de aprender e privada de usufruir desse instrumento tão influenciador: a tecnologia (LOLLI, MAIO, 2015).

Já as intervenções coletivas também foram executadas tarefas que estimulassem a cognição e a socialização, já que a solidão era uma das queixas prevalentes entre os institucionalizados. Desse modo, funcionava-se em circuito, em que os idosos eram separados em três grupos e cada grupo participava de uma brincadeira diferente. Essas brincadeiras, geralmente, eram: a dos copos, fui a feira e comprei e a de dupla tarefa. Eles apreciavam muito essas intervenções coletivas e eram bastante cooperativos, sendo a atividade mais amada por eles a brincadeira dos copos, pois gostavam do desafio. Alguns deles, nas primeiras ações, demonstravam dificuldade para lembrar o nome do alimento ou do animal. No entanto, ao final das visitas, os mesmos apresentaram melhora no tempo de reconhecimento e conseguiram, com menos dificuldade, lembrar os nomes.

Nesse sentido, os processos de aprendizagem, comunicação, desenvolvimento pessoal, social e cultural, expressão e socialização são facilitados através do desenvolvimento de atividades lúdicas. Dessa forma, o aspecto prazeroso do brincar é muito eficaz como

terapêutica para a terceira idade (MENDONÇA; MACEDO, 2010).

CONCLUSÃO

A celebração e o desafio da inevitabilidade do envelhecimento populacional em um país de grandes desigualdades sociais como o Brasil em pleno século XXI traz à tona a necessidade do preparo adequado de todas as partes interessadas (governos, sociedade civil, setor privado, comunidades e famílias) para a construção do compromisso de todos por um envelhecimento digno e pleno em nosso país. E, dentre as partes interessadas na constituição de uma sociedade justa e igualitária para todas as idades, se inclui os sistemas de ensino brasileiro, notadamente o Ensino Superior, tendo em vista sua missão pedagógica de construir e socializar o conhecimento e de formação de recursos humanos aptos a transformar a realidade de nossa sociedade.

Partindo desse consenso, as instituições de ensino superior brasileiro, de acordo com o Artigo 22 do Estatuto do Idoso, deve em sua estrutura curricular inserir “[...] conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria” (BRASIL, p. 19, 2003)

Essa investida é urgente, tendo em vista que os adolescentes e adultos jovens que frequentam as universidades nos dias atuais serão os adultos maduros e as pessoas idosas lançados no mercado de trabalho que viverão a realidade demográfica que, em 2050, os farão conviver e prestar serviços aos 25% de pessoas idosas que estarão compondo a população brasileira na segunda metade do século XXI. Ainda, segundo publicação recente do IBGE, em 2060, o Brasil terá 218 milhões de habitantes, sendo que 58 milhões serão pessoas idosas (WONG; CARVALHO, 2006).

Ou seja, também é papel do Ensino Superior brasileiro assegurar que as questões do envelhecimento humano sejam adequadamente refletidas em seu projeto político-pedagógico através do desenvolvimento de uma nova cultura do envelhecimento baseada em direitos humanos, com uma mudança de mentalidade e atitudes sociais relacionadas ao envelhecimento e às pessoas idosas, de meros beneficiários da previdência social a membros contribuintes ativos da sociedade. Isto requer, entre outras coisas, trabalhar para o desenvolvimento de um currículo capaz de qualificar as atividades de ensino, pesquisa e extensão universitárias em busca da construção de uma agenda afirmativa que conteste a discriminação por idade e reconheça os idosos e

idosos como indivíduos autônomos e cidadãos plenos de direitos e deveres.

Dessa maneira, o PEEDI foi uma excelente experiência para os acadêmicos de medicina, já que é preciso qualificação profissional para o cuidado de uma população que é crescente e possui direitos que precisam ser, impreterivelmente, assegurados.

REFERÊNCIAS

ALVES-SILVA, J. D.; SCORSOLINI-COMIN, F.; DOS SANTOS, M. A. Idosos em instituições de longa permanência: desenvolvimento, condições de vida e saúde. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 26, n. 4, p. 820-830, 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/188/18829751023/>>. Acesso em: 19 de maio de 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 19 de maio de 2018.

BEHRMAN, J. R.; DURYEY, S.; SZÉKELY, M. **Aging and economic opportunities: major world regions around the turn of the century**. In: Proceedings of the IUSSP General Conference. Salvador, Brasil, 2001. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1817202>. Acesso em: 19 de maio de 2018.

CHAIMOWICZ, F.; GRECO, D. B. Dynamics of institutionalization of older adults in Belo Horizonte, Brazil. **Revista de Saúde Pública**, v. 33, n. 5, p. 454-460, 1999. Disponível em: <https://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101999000500004>. Acesso em: 19 de maio de 2018.

FREIRE JÚNIOR, R. C.; TAVARES, M. F. L. A promoção da saúde nas instituições de longa permanência: uma reflexão sobre o processo de envelhecimento no Brasil. **Rev. bras. geriatr. gerontol**, v. 9, n. 1, p. 83-92, 2006. Disponível em: <<http://pesquisa.bvs.br/aps/resource/pt/lil-450309>>. Acesso em: 19 de maio de 2018.

LOLLI, M. C. G. S.; MAIO, E. R. Uso da tecnologia para idosos: perfil, motivações, interesses e dificuldades. **Revista Educação, Cultura e Sociedade**, v. 5, n. 2, p. 211-223, 2015. Disponível em: <<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/educacao/article/view/1864>>. Acesso em: 19 de maio de 2018.

MENDONÇA, T. C.; MACEDO, A. B. A importância do lúdico durante o tratamento fisioterapêutico em pacientes idosos com déficit cognitivo—estudo de caso. **Revista Eletrônica “Saúde CESUC**, v. 1, n. 1, p. 1-11, 2010. Disponível em: <http://www.portalcatalao.com/painel_clientes/cesuc/painel/arquivos/upload/temp/88d4a38015773c12eb63834dd09d4108.pdf>. Acesso em: 19 de maio de 2018.

OLIVEIRA, D.L.C.; GORETTI, L.C.; PEREIRA, L.S.M. O DESEMPENHO DE IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS COM ALTERAÇÕES COGNITIVAS EM ATIVIDADES DE VIDA

DIÁRIA E MOBILIDADE: ESTUDO PILOTO. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, v. 10, n. 1, p. 91-96, 2006. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/html/2350/235016476012/>>. Acesso em: 19 de maio de 2018.

SOARES, E.; COELHO, M. O.; CARVALHO, S. M. R. Capacidade funcional, declínio cognitivo e depressão em idosos institucionalizados: possibilidade de relações e correlações. **Revista Temática Kairós Gerontologia**, v. 15, n. 5, p. 117-139, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/114974>>. Acesso em: 19 de maio de 2018.

VALCARENGHI, R. V et al. Alterações na funcionalidade/cognição e depressão em idosos institucionalizados que sofreram quedas. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 24, n. 6, p. 828-833, 2011. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/html/3070/307023880017/>>. Acesso em: 19 de maio de 2018.

WONG, L. L. R.; CARVALHO, J. A. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. **R. bras. Est. Pop.**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-26, jan./jun. 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v23n1/v23n1a02>>. Acesso em: 19 de maio de 2018.